
**ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS E SUA INSERÇÃO NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO EM CAMBORIÚ**

**Preparação das Escolas Regulares no Processo de Inclusão
Pesquisa em andamento**

Geneci Daiane da Silva¹; Idorlene da Silva Hoepers²

RESUMO

Compreendendo que a escola é um ambiente físico e humano e que deve estar preparado para promover a inclusão dos alunos com deficiência, o presente projeto tem como finalidade compreender como as escolas da Rede Municipal de Ensino de Camboriú se adaptam para receber estes alunos. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi analisado o processo histórico da inclusão e foram aplicados questionários com os professores de inclusão e com o gestor da Secretaria Municipal de Educação. Os dados coletados estão sendo tabulados e comparados com as publicações recentes referentes ao tema e documentos oficiais.

Palavras-chave: Deficiência. Inclusão. Adaptação. Escola.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um processo que visa a promoção do direito igualitário para todos, e o interesse em escrever sobre o assunto se deu após observações realizadas em escolas regulares do Município de Camboriú.

Durante muito tempo as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência estiveram fora do contexto social por sofrerem algum tipo de preconceito. Segundo Cool, Marchesi, e Palacios (2004) entre 1940 e 1950 o campo da deficiência ganhou força, gerando questionamentos quanto ao não desenvolvimento intelectual das pessoas com deficiência, buscando respostas em seus processos de aprendizagem, e em seu meio social. O autor ainda enfatiza que várias transformações ocorreram no campo da educação especial no período de 1960 e 1970, influenciando na aceitação de uma nova maneira de entender a deficiência a partir da perspectiva educacional.

Nos anos 80 temos a Constituição de 1988 instituída pela lei Federal 7853, que garante a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial nos estabelecimentos públicos de ensino. Já nos anos 90, no período de 7 a 10 de junho de 1994, foi realizada uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca na Espanha, onde representantes de 88 países, entre eles o Brasil, e 25 organizações internacionais relacionadas à educação se comprometeram com a mesma ao assinarem a Declaração de Salamanca, um documento muito importante, pois visa a educação de qualidade para todos respeitando as diferenças, “[...]as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras[...]” (BRASIL, 2006, p.330).

As instituições escolares assumiram a responsabilidade de se adaptarem às necessidades dos alunos com deficiência, reconhecendo a importância da escola e

¹Estudante de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal Catarinense. E-mail: dai-313@hotmail.com.

²Mestre em Educação; professora do Instituto Federal Catarinense. E-mail: idorlene@gmail.com.

das interações entre os diferentes tipos de alunos no processo de desenvolvimento, pois a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico. (MANTOAN, 2004, p.1).

Ao falar sobre inclusão escolar, o sentido que se está atribuindo à educação necessita ser repensado, além de renovar nossos conceitos e reconstruir nossa visão sobre o processo de formação do indivíduo, é importante expandir o conceito que se tem sobre o tema que está sendo abordado, neste caso aprofundando a pesquisa no processo inclusivo da rede regular de ensino do Município de Camboriú.

Esta pesquisa tem como foco compreender como as escolas se adaptam para receber os alunos com deficiência e identificar as dificuldades que a escola encontra diante da inclusão, principalmente quando estas instituições não se consideram preparadas e seus professores não possuem formação específica para trabalhar com alunos que possuam alguma deficiência.

Além dos documentos oficiais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e a Constituição Federal de 1988, temos alguns autores que ajudam a fundamentar a pesquisa no que diz respeito ao processo histórico como Mazzota, Carlo, Israel, Cool, Marchesi e Palacios e os autores que fundamentam a parte metodológica que são Triviños, Godoy, Vieira e Gil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi a campo investigar as dificuldades encontradas bem como as reais condições que as crianças com deficiência estão sendo inseridas nas escolas. Este tipo de pesquisa se classifica como qualitativa. Segundo Trivinos (2011) a participação do investigador ou etnógrafo envolve-o na realidade presenciada, mas sua ação é orientada e com estratégias.

Buscando maior aproximação com a realidade e com os participantes, foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados.

Para Vieira (2009, p.15) “Questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre um determinado tema”. Segundo a autora, nas buscas realizadas pelo pesquisador, se procura revelar opiniões, atitudes, ideias e juízo; os resultados das respostas se tornam estatísticas. Nos casos em que o próprio respondente preenche o questionário é denominado “questionário de auto-aplicação”. O resultado final da pesquisa pode ser demorado, vai depender da quantidade de informações que se pretende obter além de outros fatores.

Outro autor que nos traz uma breve definição sobre questionário é Gil (2010, p.121) e cita o questionário como técnica de investigação afirmando que:

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

Para otimizar a coletas de dados, foram selecionadas quatro escolas do Município que possuem o maior número de alunos com deficiência nos anos iniciais os questionários foram aplicados aos professores de inclusão destas escolas e ao gestor de inclusão do Município e foi organizado com 12 questões que alternam em semiestruturadas e em profundidade.

Com base nas respostas dos entrevistados estão sendo feitas as análises dos dados que irão ser confrontados com textos de pesquisas recentes e documentos oficiais sobre a temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esta pesquisa inicialmente foi priorizado fazer um recorte sobre a abordagem histórica da inclusão e entender que durante muito tempo as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência estiveram fora do contexto social por sofrerem algum tipo de preconceito. Conhecer as legislações que amparam os direitos destas pessoas também foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. A declaração de Salamanca foi um fato mundial que garantiu o direito a educação de qualidade para as pessoas com deficiência, no Brasil estes direitos foram amparados inicialmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394-96, estabelecendo o direito de todos à educação.

Esta pesquisa também é de caráter qualitativo, e questionários foram aplicados com professores de inclusão de quatro escolas regulares do Município de Camboriú e com a gestora da secretaria de educação da cidade. Fazendo uma breve análise sobre a leitura dos questionários foi possível perceber que existe uma grande luta das escolas em conseguir acompanhar as legislações, enquanto a gestão se diz estar de acordo com as normas exigidas, os professores relatam as diversas dificuldades e a falta de especialização na área da inclusão, compreendendo que a discussão sobre estes direitos é algo recente e o tempo para esta adaptação pode não ter sido hábil, embora se tenha leis que defendam estes sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo histórico das pessoas com deficiência é possível perceber o grande descaso cometido contra elas durante um longo período e hoje mesmo tendo leis que amparam os direitos destes indivíduos, percebe-se a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa referente ao cumprimento da legislação, desta forma se torna importante estudos e ações que contemplem a inclusão escolar.

Esta pesquisa esta sendo importante para compreender como as escolas se adaptam para receber os alunos com deficiência e identificar as dificuldades que

elas encontram diante da inclusão. Após a tabulação dos dados da pesquisa realizada será possível compreender e relatar os fatos de forma mais precisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (org.) e cols. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

MANTOAN, M. T. E. (2004). **Caminhos pedagógicos da inclusão**. Disponível em: [http //www.educacaoonline.pro.br/art_caminhos_pedagogicos_da_inclusao.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_caminhos_pedagogicos_da_inclusao.asp). Acesso em: 25 de Outubro de 2012.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.